

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	65
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	66
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	67

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	167.165
Preferenciais	0
Total	167.165
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	7.063.000	6.906.000
1.01	Ativo Circulante	1.646.000	1.832.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	366.000	680.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	6.000	3.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	6.000	3.000
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	6.000	3.000
1.01.03	Contas a Receber	714.000	811.000
1.01.03.01	Clientes	714.000	811.000
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	714.000	811.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	226.000	195.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	226.000	195.000
1.01.06.01.01	Tributos Sobre o Lucro a Recuperar	73.000	31.000
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	153.000	164.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	334.000	143.000
1.01.08.03	Outros	334.000	143.000
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	162.000	2.000
1.01.08.03.05	Outros Ativos Circulantes	172.000	141.000
1.02	Ativo Não Circulante	5.417.000	5.074.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	852.000	4.675.000
1.02.01.04	Contas a Receber	142.000	65.000
1.02.01.04.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	142.000	65.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	710.000	4.610.000
1.02.01.10.04	Tributos sobre o lucro a recuperar	5.000	5.000
1.02.01.10.05	Outros Tributos a Recuperar	60.000	87.000
1.02.01.10.07	Depósitos Judiciais	32.000	30.000
1.02.01.10.09	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	217.000	4.130.000
1.02.01.10.10	Concessão do Serviço Público (Ativo Contratual)	391.000	355.000
1.02.01.10.11	Outros Ativos Não Circulantes	5.000	3.000
1.02.03	Imobilizado	11.000	11.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	11.000	11.000
1.02.03.02.01	Direito de Uso	11.000	11.000
1.02.04	Intangível	4.554.000	388.000
1.02.04.01	Intangíveis	4.554.000	388.000
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	4.554.000	388.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	7.063.000	6.906.000
2.01	Passivo Circulante	1.276.000	1.332.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	32.000	55.000
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	32.000	55.000
2.01.01.02.01	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar	32.000	55.000
2.01.02	Fornecedores	351.000	348.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.000	11.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.000	11.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.000	11.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	166.000	428.000
2.01.05	Outras Obrigações	709.000	481.000
2.01.05.02	Outros	709.000	481.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	231.000	16.000
2.01.05.02.04	Passivo de Arrendamento	6.000	3.000
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.000	1.000
2.01.05.02.07	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	125.000	131.000
2.01.05.02.08	Ressarcimento a Consumidores – Tributos Federais	93.000	109.000
2.01.05.02.09	Outros Passivos Circulantes	253.000	221.000
2.01.06	Provisões	9.000	9.000
2.02	Passivo Não Circulante	4.010.000	3.911.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.228.000	3.214.000
2.02.02	Outras Obrigações	227.000	211.000
2.02.02.02	Outros	227.000	211.000
2.02.02.02.03	Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	36.000	34.000
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	9.000	12.000
2.02.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	19.000	7.000
2.02.02.02.06	Outros Tributos e Encargos Setoriais a Recolher	12.000	8.000
2.02.02.02.07	Ressarcimento a Consumidores – Tributos Federais	0	30.000
2.02.02.02.08	Imposto Corrente Passivo Longo Prazo	2.000	2.000
2.02.02.02.09	Passivo Financeiro Setorial (Parcela A e Outros)	133.000	106.000
2.02.02.02.11	Outros Passivos Não Circulantes	16.000	12.000
2.02.03	Tributos Diferidos	390.000	338.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	390.000	338.000
2.02.04	Provisões	165.000	148.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.777.000	1.663.000
2.03.01	Capital Social Realizado	542.000	542.000
2.03.02	Reservas de Capital	173.000	173.000
2.03.04	Reservas de Lucros	757.000	940.000
2.03.04.01	Reserva Legal	28.000	28.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	175.000	175.000
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	549.000	549.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	183.000
2.03.04.10	Outras Reservas	5.000	5.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	297.000	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	8.000	8.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.031.000	2.155.000	1.022.000	1.975.000
3.01.01	Receita Bruta	1.463.000	3.033.000	1.412.000	2.734.000
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-432.000	-878.000	-390.000	-759.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-721.000	-1.467.000	-698.000	-1.334.000
3.02.01	Custos com Energia Elétrica	-493.000	-1.013.000	-481.000	-926.000
3.02.02	Custos de Construção	-129.000	-262.000	-129.000	-234.000
3.02.03	Custos de Operação	-99.000	-192.000	-88.000	-174.000
3.03	Resultado Bruto	310.000	688.000	324.000	641.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-52.000	-111.000	-52.000	-101.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-12.000	-23.000	-9.000	-19.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-32.000	-72.000	-37.000	-71.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8.000	-16.000	-6.000	-11.000
3.04.05.01	Perdas de Créditos Esperadas	-8.000	-16.000	-6.000	-11.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	258.000	577.000	272.000	540.000
3.06	Resultado Financeiro	-105.000	-208.000	-65.000	-165.000
3.06.01	Receitas Financeiras	38.000	67.000	37.000	52.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	27.000	53.000	17.000	33.000
3.06.01.02	Outros Resultados Financeiros, Líquidos	11.000	14.000	20.000	19.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-143.000	-275.000	-102.000	-217.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-143.000	-275.000	-102.000	-217.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	153.000	369.000	207.000	375.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8.000	-33.000	24.000	-8.000
3.08.01	Corrente	33.000	19.000	47.000	35.000
3.08.02	Diferido	-25.000	-52.000	-23.000	-43.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	161.000	336.000	231.000	367.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	161.000	336.000	231.000	367.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,97	2,01	1,35	2,15
3.99.01.02	PNA	0	0	1,49	2,36
3.99.01.03	PNB	0	0	1,49	2,36

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	161.000	336.000	231.000	367.000
4.02.04	Hedge de Fluxo de Caixa - Reclassificado para o Resultado	0	0	0	-1.000
4.02.05	Tributos Diferidos sobre Resultados Abrangentes - Reclassificado para o Resultado	0	0	0	1.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	161.000	336.000	231.000	367.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	236.000	360.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	554.000	522.000
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	336.000	367.000
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	106.000	98.000
6.01.01.03	Baixa de Ativos Não Circulantes	7.000	8.000
6.01.01.04	Tributos sobre o Lucro	33.000	8.000
6.01.01.05	Resultado Financeiro, Líquido	208.000	165.000
6.01.01.06	Valor de Reposição Estimado da Concessão	-136.000	-124.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-318.000	-162.000
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes e Outros	35.000	-29.000
6.01.02.02	Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1.000	-12.000
6.01.02.03	Salários, Benefícios a Empregados e Encargos a Pagar, Líquidos	-23.000	-15.000
6.01.02.04	Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, Líquidos (Parcela A e Outros)	-127.000	49.000
6.01.02.05	Outros Tributos a Recuperar (Recolher) e Encargos Setoriais, Líquidos	-16.000	-9.000
6.01.02.06	Provisões, Líquidas dos Depósitos Judiciais	6.000	-2.000
6.01.02.07	Outros Ativos e Passivos, Líquidos	-18.000	-26.000
6.01.02.08	Encargos de Dívidas Pagos	-189.000	-122.000
6.01.02.09	Instrumentos Derivativos Pagos, Líquidos	-3.000	0
6.01.02.10	Renda de aplicações financeiras	33.000	21.000
6.01.02.11	Juros Pagos – Arrendamentos	-1.000	-1.000
6.01.02.12	Tributos sobre o Lucro Pagos	-16.000	-16.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-275.000	-263.000
6.02.02	Concessão Serviço Público (Ativo Contratual)	-272.000	-263.000
6.02.03	Aplicação de Títulos e Valores Mobiliários	-15.000	-17.000
6.02.04	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	12.000	17.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-275.000	-107.000
6.03.02	Captção de Empréstimos e Financiamentos	500.000	0
6.03.03	Pagamento dos Custos de Captação	-10.000	0
6.03.04	Amortização de Principal dos Empréstimos e Financiamentos	-771.000	-11.000
6.03.06	Obrigações Especiais	7.000	27.000
6.03.07	Pagamento de Principal – Arrendamentos	-1.000	-1.000
6.03.09	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos aos Acionistas	0	-122.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-314.000	-10.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	680.000	347.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	366.000	337.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.000	173.000	940.000	0	8.000	1.663.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.000	173.000	940.000	0	8.000	1.663.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-183.000	-39.000	0	-222.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-39.000	0	-39.000
5.04.11	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-183.000	0	0	-183.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	336.000	0	336.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	336.000	0	336.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	542.000	173.000	757.000	297.000	8.000	1.777.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	542.000	173.000	836.000	0	10.000	1.561.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	542.000	173.000	836.000	0	10.000	1.561.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-109.000	-36.000	0	-145.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-36.000	0	-36.000
5.04.11	Aprovação dos Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-109.000	0	0	-109.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	367.000	0	367.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	367.000	0	367.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	542.000	173.000	727.000	331.000	10.000	1.783.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	3.041.000	2.747.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.033.000	2.734.000
7.01.02	Outras Receitas	24.000	24.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.000	-11.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.473.000	-1.326.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.119.000	-1.019.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-345.000	-295.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-9.000	-12.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.568.000	1.421.000
7.04	Retenções	-106.000	-98.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-106.000	-98.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.462.000	1.323.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	104.000	67.000
7.06.02	Receitas Financeiras	104.000	67.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.566.000	1.390.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.566.000	1.390.000
7.08.01	Pessoal	95.000	96.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	67.000	68.000
7.08.01.02	Benefícios	24.000	24.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.000	4.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	825.000	694.000
7.08.02.01	Federais	393.000	295.000
7.08.02.02	Estaduais	428.000	396.000
7.08.02.03	Municipais	4.000	3.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	310.000	233.000
7.08.03.01	Juros	310.000	233.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	336.000	367.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	39.000	36.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	297.000	331.000

Comentário do Desempenho



Natal, 21 de julho de 2026 – Neoenergia Cosern anuncia hoje os seus resultados do segundo trimestre e primeiro semestre de 2026 (2T26 e 6M26).

DESTAQUES (R\$ MM) 2T26	2T26	2T25	Δ %	6M26	6M25	Δ %
Margem Bruta	389	394	(1%)	839	781	7%
EBITDA	310	320	(3%)	680	635	7%
EBITDA Caixa	243	264	(8%)	544	511	6%
Resultado Financeiro	(105)	(65)	62%	(208)	(165)	26%
Lucro Líquido	161	231	(30%)	336	367	(8%)
INDICADORES OPERACIONAIS						
Energia Injetada Total (GWh) (SIN + Sistema Isolado + GD)	1.942	1.950	(0,4%)	4.012	3.871	3,6%
Energia Distribuída Total (GWh) (cativo + livre + GD)	1.804	1.773	1,7%	3.655	3.540	3,2%
Número de Clientes (mil)	1.650	1.622	1,7%			
DEC anualizado (horas)	6,14	6,56	(6%)			
FEC anualizado (interrupções)	2,68	2,93	(9%)			
Perdas de Distribuição (%)	6,64%	7,99%	(17%)			

Indicadores Financeiros de Dívida	2T26	2025	Variação
Dívida Líquida ¹ /EBITDA ²	2,34	2,37	(0,03)
Rating Corporativo (S&P)	AAA	AAA	

⁽¹⁾ Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

⁽²⁾ EBITDA 12 meses

Destques Financeiros e Operacionais:

- Crescimento de 3,6% da energia injetada (incluindo GD) no 6M26 vs. 6M25;
- EBITDA de R\$ 310 milhões no 2T26 (-3% vs. 2T25) e de R\$ 680 milhões no 6M26 (+7% vs. 6M25). Já o EBITDA Caixa (ex-VNR) de R\$ 243 milhões no 2T26 (-8% vs. 2T25) e de R\$ 544 milhões no 6M26 (+6% vs. 6M25);
- CAPEX de R\$ 240 milhões no 6M26, com investimentos concentrados na expansão da rede;
- Perdas Totais (12 meses) de 6,64% no 2T26, abaixo do limite regulatório de 11,26%;
- DEC 12 meses de 6,14h (abaixo do regulatório de 9,39h) e FEC 12 meses de 2,68x (abaixo do regulatório de 5,46x);
- Assinatura do termo aditivo da Antecipação da Renovação da Concessão de Neoenergia Cosern até dez/57.

Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO

A Neoenergia Cosern é responsável pela concessão de distribuição de energia elétrica nos 167 municípios do Rio Grande do Norte, atendendo mais de 3,5 milhões de habitantes em uma área de 52.810 km².

1.1. Estrutura Societária

A Neoenergia Cosern possui 100% do seu capital detido pela Neoenergia S.A., conforme estrutura societária abaixo:



2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

DRE (R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	944	948	(4)	(0%)	1.978	1.817	161	9%
Custos Com Energia	(622)	(610)	(12)	2%	(1.275)	(1.160)	(115)	10%
Margem Bruta s/ VNR	322	338	(16)	(5%)	703	657	46	7%
Ativo Financeiro da Concessão (VNR)	67	56	11	20%	136	124	12	10%
Margem Bruta	389	394	(5)	(1%)	839	781	58	7%
Despesa Operacional	(71)	(68)	(3)	4%	(143)	(135)	(8)	6%
PECLD	(8)	(6)	(2)	33%	(16)	(11)	(5)	45%
EBITDA	310	320	(10)	(3%)	680	635	45	7%
Depreciação	(52)	(48)	(4)	8%	(103)	(95)	(8)	8%
Resultado Financeiro	(105)	(65)	(40)	62%	(208)	(165)	(43)	26%
IR CS	8	24	(16)	(67%)	(33)	(8)	(25)	313%
LUCRO LÍQUIDO	161	231	(70)	(30%)	336	367	(31)	(8%)
EBITDA Caixa	243	264	(21)	(8%)	544	511	33	6%

A Neoenergia Cosern apresentou margem bruta sem VNR de R\$ 322 milhões no 2T26 (-5% vs. 2T25), explicado pelo reajuste tarifário de abril/26, que resultou em variação negativa da parcela B (-2,08%). No 6M26, a margem bruta sem VNR foi de R\$ 703 milhões (+7%), influenciada pela ampliação da base de clientes e pelo impacto positivo da Parcela B de +6,6% no reajuste de abril/25.

A Margem Bruta totalizou R\$ 389 milhões no 2T26 (-1% vs. 2T25) e R\$ 839 milhões no 6M26 (+7% vs. 6M25) em razão dos efeitos supracitados, além do maior VNR.

As despesas operacionais somaram R\$ 71 milhões no 2T26 (+4% vs. 2T25) e R\$ 143 milhões no 6M26 (+6% vs. 6M25), reflexo pontual do maior saldo de provisões judiciais.

Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



A PECLD totalizou R\$ 8 milhões no 2T26 (+33% vs. 2T25) e R\$ 16 milhões no 6M26 (+45% vs. 6M25).

Como resultado dessas variações, o EBITDA atingiu R\$ 310 milhões no 2T26 (-3% vs. 2T25) e R\$ 680 milhões no 6M26 (+7% vs. 6M25). Já o EBITDA Caixa (ex-VNR) foi de R\$ 243 milhões no 2T26 (-8% vs. 2T25) e de R\$ 544 milhões no 6M26 (+6% vs. 6M25).

O Resultado Financeiro foi de -R\$ 105 milhões no 2T26 (vs. -R\$ 65 milhões no 2T25) e de -R\$ 208 milhões no 6M26 (vs. -R\$ 165 milhões no 6M25), em virtude do aumento dos encargos de dívida devido ao maior saldo médio, além do *one-off* positivo de R\$ 18 milhões no 2T25 referente à atualização monetária sobre os indêbitos.

A rubrica de IR/CS do trimestre foi de +R\$ 8 milhões (vs. +R\$ 24 milhões no 2T25) e no acumulado foi de -R\$ 33 milhões, (vs. -R\$ 8 milhões no 6M25). Vale destacar que no 2T25 houve o impacto positivo do indêbito tributário gerando crédito no valor de R\$ 60 milhões, dada a exclusão da atualização da Selic dos indêbitos em função da retirada do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS.

O Lucro Líquido somou R\$ 161 milhões 2T26 (-30% vs. 2T25) e de R\$ 336 milhões no 6M26 (-8% vs. 6M25).

2.1. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo a Resolução CVM nº 156/22 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma resolução:

EBITDA (R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	161	231	(70)	(30%)	336	367	(31)	(8%)
Despesas financeiras (B)	(143)	(102)	(41)	40%	(275)	(217)	(58)	27%
Receitas financeiras (C)	27	17	10	59%	53	33	20	61%
Outros resultados financeiros líquidos (D)	11	20	(9)	(45%)	14	19	(5)	(26%)
Imposto de renda e contribuição social (E)	8	24	(16)	(67%)	(33)	(8)	(25)	313%
Depreciação e Amortização (F)	(52)	(48)	(4)	8%	(103)	(95)	(8)	8%
EBITDA = A - (B+C+D+E+F)	310	320	(10)	(3%)	680	635	45	7%

2.2. Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ MM)	2T26	2T25	Variação		6M26	6M25	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	12	11	1	9%	33	21	12	57%
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(126)	(86)	(40)	47%	(231)	(179)	(52)	29%
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	9	10	(1)	(10%)	(10)	(7)	(3)	43%
Juros, comissões e acréscimo moratório	9	7	2	29%	15	14	1	7%
Variações monetárias e cambiais - outros	14	20	(6)	(30%)	10	18	(8)	(44%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(4)	(3)	(1)	33%	(9)	(6)	(3)	50%
Atualização do ativo / passivo financeiro setorial	9	(1)	10	N/A	6	(8)	14	N/A
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(19)	(13)	(6)	46%	(32)	(25)	(7)	28%
Total	(105)	(65)	(40)	62%	(208)	(165)	(43)	26%

Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



O Resultado Financeiro foi de -R\$ 105 milhões no 2T26 (vs. -R\$ 65 milhões no 2T25) e de -R\$ 208 milhões no 6M26 (vs. -R\$ 165 milhões no 6M25), refletindo maior despesa com encargos da dívida, em função do aumento do saldo médio decorrente de captações direcionadas a Capex.

Vale destacar que no 2T25, a rubrica de variações monetárias e cambiais foi positivamente impactada pelo crédito de R\$ 18 milhões referentes a atualização monetária sobre os indébitos.

3. INVESTIMENTOS

O CAPEX da Neoenergia Cosern totalizou R\$ 240 milhões no 6M26, com investimentos direcionados principalmente à expansão da rede.

INVESTIMENTOS REALIZADOS (valores em R\$ MM)			
	6M26	6M25	Δ %
Expansão de Rede	137	144	(5%)
Novas Ligações	101	95	7%
Novas SE's e RD's	37	50	(27%)
Renovação de Ativos	37	43	(15%)
Melhoria da Rede	43	25	70%
Perdas e Inadimplência	6	4	42%
Outros	22	38	(42%)
Movimentação Material (Estoque x Obra)	26	13	98%
(=) Investimento Bruto	271	268	1%
SUBVENÇÕES	(5)	(17)	(71%)
(=) Investimento Líquido	266	251	6%
Movimentação Material (Estoque x Obra)	(26)	(13)	98%
(=) CAPEX	240	238	1%
Base de Anuidade Regulatória	22	38	(42%)
Base de Remuneração Regulatória	223	217	3%

Os investimentos realizados foram aderentes ao necessário para o período, refletindo a política da Companhia para garantir a expansão da rede com a constante melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

Comentário do Desempenho

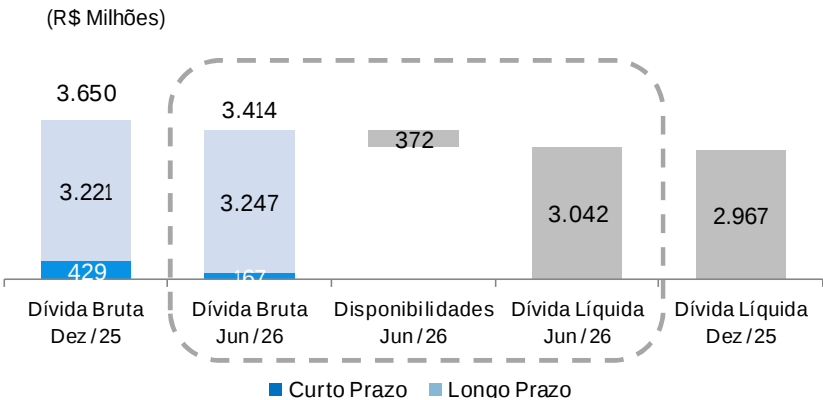
Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



4. ESTRUTURA DE CAPITAL

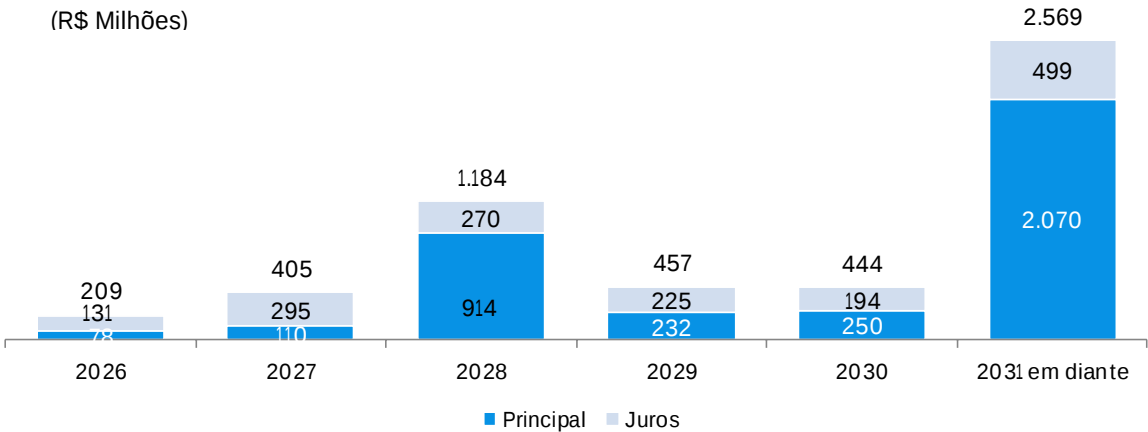
4.1. Perfil da Dívida

Em junho de 2026, a dívida líquida da Companhia, que considera caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ 3.042 milhões (dívida bruta de R\$ 3.414 milhões), apresentando um crescimento de 3% (R\$ 75 milhões) em relação a dezembro de 2025. Quanto à segregação do saldo devedor, a Neoenergia Cosern possui 95% da dívida contabilizada no longo prazo e 5% no curto prazo.



4.2. Cronograma de Vencimento

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento vigente da Companhia em 30 de junho de 2026.



Comentário do Desempenho

Resultados em 30 de junho de 2026
Publicado em 21 de julho de 2026



5. NOTA DE CONCILIAÇÃO

A Neoenergia Cosern apresenta os resultados do 2T26 e 6M26, a partir de análises gerenciais que a administração entende traduzir da melhor forma o negócio da Companhia, conciliada com os padrões internacionais de demonstrações financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Para referência, segue abaixo quadro de conciliação:

Memória de Cálculo	2T26	2T25	6M26	6M25	Correspondência nas Notas Explicativas (*)
(+) Receita líquida	1.031	1.022	2.155	1.975	Demonstrações de resultado
(-) Valor de reposição estimado da concessão	(67)	(56)	(136)	(124)	Nota 3
(-) Outras receitas **	(20)	(18)	(41)	(34)	Nota 3.3
= RECEITA Operacional Líquida	944	948	1.978	1.817	
(+) Custos com energia elétrica	(493)	(481)	(1.013)	(926)	Demonstrações de resultado
(+) Custos de construção	(129)	(129)	(262)	(234)	Demonstrações de resultado
= Custo com Energia	(622)	(610)	(1.275)	(1.160)	
(+) Valor de reposição estimado da concessão	67	56	136	124	Nota 3
= MARGEM BRUTA	389	394	839	781	
(+) Custos de operação	(99)	(88)	(192)	(174)	Demonstrações de resultado
(+) Despesas com vendas	(12)	(9)	(23)	(19)	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	(32)	(37)	(72)	(71)	Demonstrações de resultado
(-) Combustível para produção de energia	-	-	-	-	Nota 5
(-) Depreciação e Amortização	52	48	103	95	Nota 6
(+) Outras receitas **	20	18	41	34	Nota 3.3
= Despesa Operacional (PMO)	(71)	(68)	(143)	(135)	
(+) PCE	(8)	(6)	(16)	(11)	Demonstrações de resultado
EBITDA	310	320	680	635	
(+) Depreciação e Amortização	(52)	(48)	(103)	(95)	Nota 6
(+) Resultado Financeiro	(105)	(65)	(208)	(165)	Demonstrações de resultado
(+) IR/CS	8	24	(33)	(8)	Demonstrações de resultado
LUCRO LÍQUIDO	161	231	336	367	Demonstrações de resultado

(*) As notas explicativas correspondem as informações acumuladas apresentadas em R\$ milhões.

(**) Exceto compensações regulatórias.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Companhia Energética do Rio Grande do Norte S.A. ("Neoenergia Cosern"), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Cosern e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Cosern.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e ponto de vista da Companhia até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Cosern sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)



	Notas	Três meses findos em		Seis meses findos em	
		30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Receita operacional, líquida	3	1.031	1.022	2.155	1.975
Custos		(721)	(698)	(1.467)	(1.334)
Custos com energia elétrica	4	(493)	(481)	(1.013)	(926)
Custos de construção	5	(129)	(129)	(262)	(234)
Custos de operação	6	(99)	(88)	(192)	(174)
Lucro bruto		310	324	688	641
Perdas de créditos esperadas	10.2	(8)	(6)	(16)	(11)
Despesas com vendas	6	(12)	(9)	(23)	(19)
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	6	(32)	(37)	(72)	(71)
Lucro operacional		258	272	577	540
Resultado financeiro	7	(105)	(65)	(208)	(165)
Receitas financeiras		27	17	53	33
Despesas financeiras		(143)	(102)	(275)	(217)
Outros resultados financeiros, líquidos		11	20	14	19
Lucro antes dos tributos		153	207	369	375
Tributos sobre o lucro	8.1.1	8	24	(33)	(8)
Corrente		33	47	19	35
Diferido		(25)	(23)	(52)	(43)
Lucro líquido do período		161	231	336	367
Lucro básico e diluído por ação – R\$	18.2 (a)				
Ordinária		0,97	1,35	2,01	2,15
Preferencial A		-	1,49	-	2,36
Preferencial B		-	1,49	-	2,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhões de reais)



	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro líquido do período	161	231	336	367
Outros resultados abrangentes				
Itens que serão reclassificados para o resultado:				
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(1)
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	-	-	-	1
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes do período, líquido dos tributos	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	161	231	336	367

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	30/jun/25
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	336	367
Ajustado por:		
Depreciação e amortização (*)	106	98
Baixa de ativos não circulantes	7	8
Tributos sobre o lucro (nota 8.1.1)	33	8
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	208	165
Valor de reposição estimado da concessão (nota 3)	(136)	(124)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	35	(29)
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	1	(12)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(23)	(15)
Ativos e passivos financeiros setoriais, líquidos (Parcela A e outros)	(127)	49
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	(16)	(9)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	6	(2)
Outros ativos e passivos, líquidos	(18)	(26)
Caixa gerado nas operações	412	478
Encargos de dívidas pagos (nota 15.2 (c))	(189)	(122)
Instrumentos derivativos pagos, líquidos (nota 15.3 (b))	(3)	-
Renda de aplicações financeiras (nota 7)	33	21
Juros pagos - Arrendamentos	(1)	(1)
Tributos sobre o lucro pagos	(16)	(16)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	236	360
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Concessão serviço público (Ativo contratual)	(272)	(263)
Aplicação de títulos e valores mobiliários	(15)	(17)
Resgate de títulos e valores mobiliários	12	17
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(275)	(263)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	500	-
Pagamento dos custos de captação (nota 15.2 (c))	(10)	-
Amortização de principal dos empréstimos e financiamentos (nota 15.2 (c))	(771)	(11)
Obrigações especiais	7	27
Pagamento de principal - Arrendamentos	(1)	(1)
Remuneração paga aos acionistas (nota 18.2 (b))	-	(122)
Caixa consumido nas atividades de financiamentos	(275)	(107)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período	(314)	(10)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	680	347
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	366	337
Transações que não envolveram caixa:		
Encargos financeiros capitalizados ao imobilizado e intangível	3	4
Arrendamentos capitalizados	1	1

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/jun/26	31/dez/25
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	366	680
Contas a receber de clientes e outros	10	714	811
Títulos e valores mobiliários		6	3
Tributos sobre o lucro a recuperar		73	31
Outros tributos a recuperar		153	164
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	162	2
Outros ativos circulantes		172	141
Total do circulante		1.646	1.832
Não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	10	142	65
Tributos sobre o lucro a recuperar		5	5
Outros tributos a recuperar		60	87
Depósitos judiciais	16.1 (c)	32	30
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	12	217	4.130
Concessão do serviço público (ativo contratual)	12	391	355
Outros ativos não circulantes		5	3
Direito de uso		11	11
Intangível	13	4.554	388
Total do não circulante		5.417	5.074
Total do ativo		7.063	6.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	Notas	30/jun/26	31/dez/25
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	351	348
Empréstimos e financiamentos	15.2	166	428
Passivo de arrendamento		6	3
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	1	1
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	17	32	55
Tributos sobre o lucro a recolher		9	11
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		125	131
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.2	93	109
Dividendos e juros sobre capital próprio	18.2 (b)	231	16
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	9	9
Outros passivos circulantes		253	221
Total do circulante		1.276	1.332
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	14	36	34
Empréstimos e financiamentos	15.2	3.228	3.214
Passivo de arrendamento		9	12
Instrumentos financeiros derivativos	15.3 (a)	19	7
Outros tributos e encargos setoriais a recolher		12	8
Tributos sobre o lucro diferidos	8.1.2	390	338
Ressarcimento a consumidores - Tributos federais	8.2	-	30
Imposto corrente passivo longo prazo		2	2
Provisões e outras obrigações	16.1 (a)	165	148
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	11	133	106
Outros passivos não circulantes		16	12
Total do não circulante		4.010	3.911
Patrimônio líquido		1.777	1.663
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.063	6.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025
 (Valores expressos em milhões de reais)



	Reservas de Lucros							Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Outras Reservas	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	542	173	8	28	549	175	5	-	183
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	336	-
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(183)
Transações com acionistas									
Remuneração aos acionistas (nota 18.2 (b))	-	-	-	-	-	-	-	(39)	-
Saldos em 30 de junho de 2026	542	173	8	28	549	175	5	297	-

	Reservas de Lucros							Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
	Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva legal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	542	173	10	28	524	175	-	109	1.561
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	367	-	367
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(109)	(109)
Transações com acionistas									
Remuneração aos acionistas (nota 18.2 (b))	-	-	-	-	-	-	(36)	-	(36)
Saldos em 30 de junho de 2025	542	173	10	28	524	175	331	-	1.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Para os períodos findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Valores expressos em milhões de reais)



	30/jun/26	30/jun/25
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.033	2.734
Outras receitas (*)	24	24
Perdas de créditos esperadas	(16)	(11)
Subtotal	3.041	2.747
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos de produtos, mercadorias e serviços vendidos (*)	(1.119)	(1.019)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros (*)	(345)	(295)
Baixa de ativos não circulantes, líquidos	(9)	(12)
Subtotal	(1.473)	(1.326)
Valor adicionado bruto	1.568	1.421
Depreciação e amortização (*)	(106)	(98)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.462	1.323
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (*)	104	67
Subtotal	104	67
Valor adicionado total a distribuir	1.566	1.390
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remunerações direta	67	68
Benefícios	24	24
FGTS	4	4
Subtotal	95	96
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	393	295
Estaduais	428	396
Municipais	4	3
Subtotal	825	694
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	310	233
Subtotal	310	233
Remuneração de capitais próprios		
Remuneração aos acionistas	39	36
Lucros retidos	297	331
Subtotal	336	367
Valor adicionado distribuído	1.566	1.390

(*) Valor bruto, não deduzido dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética do Rio Grande do Norte – NEOENERGIA COSERN (Companhia), concessionária de serviço público de energia elétrica com sede em Natal - Rio Grande do Norte - Brasil, é sociedade anônima de capital aberto, controlada pela Neoenergia S.A. (NEOENERGIA) e está registrada como Categoria “B”, não tendo ações listadas em Bolsa, já suas Debêntures são negociadas através da B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e compreendem projetar, construir e explorar os sistemas de subtransmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo ainda realizar operações de exportação e importação.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 167 municípios do estado do Rio Grande do Norte abrangendo uma área de concessão de 53 mil km², a qual é regulada pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 8/1997 - ANEEL, com vencimento em 2027.

Em 06 de maio de 2026, o Ministério de Minas e Energia (MME) assinou a antecipação da renovação da concessão, assegurando o direito de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, com vigência entre 31 de dezembro de 2027 e 31 de dezembro de 2057.

A Neoenergia Cosern reafirma seu compromisso com a entrega de um serviço eficiente, sustentável e alinhado às melhores práticas do setor elétrico, garantindo qualidade contínua para consumidores cativos e livres, com atuação desde 1997.

1.1 Concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica

O novo contrato que formaliza a antecipação da renovação da área de concessão consolida o modelo que alinha incentivos à eficiência operacional e à modicidade tarifária, ao mesmo tempo em que reforça a previsibilidade regulatória e a segurança jurídica para os investimentos de longo prazo no setor elétrico, gerando principalmente maior transparência na estrutura tarifária e melhor equilíbrio econômico-financeiro.

Adicionalmente, existe a opcionalidade por parte da Companhia de regime alternativo de regulação da parcela B, que serão baseados em anuidade regulatória, com estímulo à eficiência, inovação e modernização da infraestrutura. Contudo, os requisitos dessa modulação ainda serão definidos pela ANEEL.

As informações sobre os riscos do contrato de concessão da Companhia estão divulgadas na nota explicativa 1.2.

1.2 Gestão de riscos regulatórios

(a) Ambiente regulatório

A Companhia está sujeita a aplicação de penalidades regulatórias caso ocorra descumprimento das obrigações inseridas nas cláusulas do contrato de concessão e nas resoluções emitidas pela ANEEL. Os procedimentos, parâmetros e critérios para a imposição de penalidades aos agentes do setor de energia elétrica e as diretrizes gerais da fiscalização da ANEEL, estão previstos na Resolução Normativa nº 846/2019, podendo a multa atingir até 2% da receita operacional líquida da Companhia, a depender da infração cometida.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O novo termo aditivo ao contrato de concessão explicitou a vedação à prática de condutas anticoncorrenciais, especialmente no contexto da abertura de mercado para consumidores livres, bem como em quaisquer situações que possam caracterizar condutas anticompetitivas ou abuso de poder de mercado, inclusive quando envolverem partes relacionadas. Essa medida reforça o compromisso da Companhia com a livre concorrência e com a promoção de um ambiente de mercado transparente e competitivo, em conformidade com a legislação vigente e a regulação da ANEEL.

(b) Equilíbrio Econômico-Financeiro das Concessões

Conforme definido na Lei nº 8.987/1995, o equilíbrio da concessão ocorre quando atendidas as condições previstas no contrato de concessão. No contrato foram estabelecidos os mecanismos de alteração das tarifas, que são o reajuste tarifário anual, a revisão tarifária periódica e a revisão tarifária extraordinária.

Para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, a ANEEL calcula e autoriza a aplicação de novas tarifas, resultantes de revisão ou de reajuste, nas condições do respectivo contrato.

Nos processos tarifários, são apurados pela ANEEL os valores das CVA's (Conta de compensação de variação de valores de itens da Parcela A) que cobrem a parte econômica das diferenças de preços da Parcela A (energia, transporte e encargos setoriais), frente a cobertura tarifária estabelecida pela ANEEL no processo tarifário anterior.

Havendo possibilidade de desequilíbrio, está previsto também no contrato de concessão o direito à uma RTE (Revisão Tarifária Extraordinária). Porém, o reconhecimento de algum desequilíbrio e a realização da RTE depende do atendimento a uma série de requisitos previstos no PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária).

O serviço de distribuição é regulado pelo modelo de *Price Cap* (caracterizado pela regulação por incentivo) baseado em regras econômicas (custos operacionais eficientes, remuneração adequada, entre outras) definidas na revisão tarifária e atualizadas nos reajustes tarifários cuja finalidade é reproduzir no desempenho das empresas reguladas os resultados que seriam obtidos em mercados competitivos, onde se destaca eficiência na prestação e na gestão do serviço. Dessa forma, tais riscos relacionados à eficiência na prestação e na gestão do serviço são assumidos pelas distribuidoras. Adicionalmente, as variações de mercado também são riscos das distribuidoras.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão permite a alteração de modelo de regulação econômica e riscos associados, seguindo o rito regulatório específico e precedida de concordância da concessionária.

A ANEEL, no exercício de suas funções, possui poder discricionário na definição e aferição dos parâmetros que são utilizados para a definição das tarifas, tais como: níveis regulatórios dos custos operacionais, taxa de remuneração do capital (WACC), Fator X, Base de Remuneração, Índice de Perdas, Indicadores de Qualidade e Eficiência do fornecimento, dentre outros. Esses parâmetros podem ter suas metodologias revistas ou serem definidos em patamares desfavoráveis para a Companhia, afetando negativamente as receitas originalmente previstas.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão traz cláusula sobre a alocação de riscos entre o poder concedente e a Companhia (concessionária). Tal cláusula estabeleceu uma matriz de riscos, tipicamente utilizada em contratos de concessão, para definir em linhas gerais os riscos associados à companhia e os riscos associados ao Poder Concedente.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



(c) Indicadores de Sustentabilidade Econômica e Financeira

A Companhia deve preservar, seja por previsão específica em seu Contrato de Concessão ou pelas disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021, esta última com vigência desde 2022, as condições de Sustentabilidade Econômica e Financeira na eficiência da gestão de seus custos, endividamento, investimentos, além da responsabilidade no pagamento de tributos e na distribuição de proventos.

Tal condição é mensurada anualmente pela ANEEL por meio de indicadores baseados na Dívida Líquida regulatória, no EBITDA ajustado por parâmetros regulatórios, na quota de reintegração regulatória e no nível da taxa de juros SELIC. O descumprimento desses indicadores pode levar à regime de restrições na celebração de negócios entre partes relacionadas, limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio, necessidade de aporte de capital pelos sócios controladores e, em casos de reincidência ou descumprimento de metas específicas, abertura pela ANEEL de processo administrativo punitivo voltado à aplicação da penalidade de declaração de caducidade da concessão.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão incluiu cláusula de Sustentabilidade econômica e financeira, a qual reflete os critérios e disposições gerais do Anexo VIII da Resolução Normativa nº 948/2021 e já observados pela Companhia nos últimos anos. Até o momento, a Companhia vem cumprindo todos os indicadores apurados nos últimos anos.

(d) Indicadores de Continuidade do Fornecimento

A ANEEL acompanha a eficiência com relação à continuidade do fornecimento das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo mensurada, dentre outros critérios regulatórios, por meio da apuração, a cada ano civil, dos indicadores de continuidade coletivos DEC - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora.

Ocorrendo descumprimento dos limites regulatórios, conforme definições da REN nº 948/2021, poderão ser adotadas medidas graduais de acompanhamento e fiscalização, incluindo a obrigatoriedade de apresentação de um plano de resultados para melhoria do desempenho. Em caso de descumprimento dos critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento por 2 (dois) anos consecutivos ou por 3 (três) dos 5 (cinco) anos civis anteriores, apurados isoladamente ou em conjunto, existe ainda a previsão de limitação do pagamento de dividendos e de juros sobre o capital próprio. Em caso de reincidência, a ANEEL pode abrir processo administrativo para avaliação da eventual caducidade da concessão. Nos últimos cinco anos do contrato de concessão, qualquer descumprimento dos indicadores poderá implicar na limitação de dividendos e de juros sobre o capital próprio da Companhia.

O novo termo aditivo ao contrato de concessão traz critérios de caducidade mais rígidos e a possibilidade de a ANEEL definir novos padrões, mediante rito regulatório prévio.

(e) Postergação de Reajustes

A data do reajuste tarifário é prevista no contrato de concessão, havendo o direito da distribuidora de ter o reajuste processado na referida data. Em alguns casos de postergação de reajustes tarifários ocorridos no setor elétrico, foi reconhecido o direito econômico ao reajuste desde a data prevista. Assim, em função de decisões do governo ou da agência reguladora, há risco de postergação da data do reajuste.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Em caso de inadimplemento por parte da Companhia no recolhimento de encargos setoriais e no pagamento pela energia proveniente de Itaipu Binacional, há o risco de impedimento da aplicação das novas tarifas nos Reajustes e Revisões Tarifárias, exceto as extraordinárias, bem como de serem suspensos eventuais repasses de RGR, CDE e CCC, nos termos da Lei nº 8.631/1993.

(f) Base Remuneração Regulatória (BRR) e Reconhecimento de Investimentos

O contrato de concessão estabelece que a regulação da ANEEL deve definir a Parcela B com base em estímulos a eficiência e de forma comparativa. Assim, a metodologia de valoração da Base de Remuneração Regulatória (BRR) está baseada no reconhecimento de investimentos prudentes. Os investimentos realizados pela Companhia são avaliados ao final de cada ciclo. Os investimentos prudentes integram a BRR no momento da revisão, já depreciados desde a data de imobilização. O novo termo aditivo ao contrato de concessão mantém a diretriz de investimento prudente e de incentivos à gestão eficiente dos custos de capital e de operação.

Os riscos de reconhecimento dos investimentos da Base de Remuneração são de ordem regulatória, quanto à valoração de ativos são oriundos das imprevisibilidades do mercado, principalmente nas oscilações no valor das commodities (afeta mix de Indicadores apurados pela Fundação Comitê de Gestão Empresarial - FUNCOGE) que são aplicados para avaliar os equipamentos principais; alterações das premissas de valoração dos ativos durante o ciclo tarifário vigente, incluindo a atualização do Banco de Preços Referenciais; e aplicação, por parte do agente regulador, de critérios durante fiscalizações que não são preconizados pelos normativos regulatórios.

1.3 Gestão de riscos

Até 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes com relação às diretrizes e limites de Gestão de Riscos do Grupo, compostas pelas diretrizes de gestão dos riscos corporativos e pelas diretrizes de gestão dos riscos específicos de cada negócio, conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária (práticas contábeis adotadas no Brasil) e devem ser lidas em conjunto com as últimas demonstrações financeiras anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, previamente divulgadas. As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais.

As demonstrações financeiras intermediárias apresentam as principais variações no período, evitando a repetição de determinadas notas às demonstrações financeiras anuais previamente divulgadas, e estão sendo apresentadas na mesma base de agrupamentos e ordem de quadros e notas explicativas, se comparadas com as demonstrações financeiras anuais.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia, em 21 de julho de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras intermediárias estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3 Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas as demonstrações financeiras completas findas em 31 de dezembro de 2025, e, portanto, devem ser lidas em conjunto.

2.4 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG).	01/01/2026, aplicação retrospectiva
--	---	-------------------------------------

A Companhia não identificou impactos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras intermediárias.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2027:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 18 (CPC 51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A nova norma introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. IFRS 18 (CPC 51) também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC 51) substituirá a IAS 1 (CPC 26): Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



IFRS 20: Ativos e passivos regulatórios	A IFRS 20 estabelece que a compensação por bens ou serviços regulados deve ser reconhecida no mesmo período em que tais bens ou serviços são fornecidos. A norma disciplina o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, bem como de receitas e despesas regulatórias, complementando as informações já divulgadas sob outras IFRS, em especial a IFRS 15 (CPC 47) Receita de contratos de clientes. Sua aplicação visa refletir, de forma fiel, os efeitos da regulação sobre o desempenho financeiro e a posição patrimonial da entidade, além de fornecer maior transparência quanto aos impactos nos fluxos de caixa futuros.	01/01/2029, aplicação retrospectiva
IAS 28 (CPC 19) Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	As emendas visam esclarecer quais investimentos em coligadas e empreendimentos conjuntos podem ser mensurados ao valor justo, utilizando a opção prevista na IAS 28 (CPC 19). Tais alterações possuem escopo deliberadamente restrito, visando endereçar questões específicas levantadas pelos participantes do mercado, sem alterar práticas consolidadas nem gerar impactos indesejados em outras disposições das normas emitidas pelo IASB.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos relevantes na apresentação da Demonstração do Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa decorrentes da aplicação da IFRS 18 (CPC 51), encontrando-se atualmente em processo de avaliação dos potenciais efeitos desse normativo sobre suas demonstrações financeiras.

No que se refere à IFRS 20, a Companhia aguardará a correspondente emissão do pronunciamento técnico no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como sua adoção pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não obstante, estudos preliminares da Administração indicam que tal normativo não deverá gerar impactos significativos, uma vez que os principais contratos regulados potencialmente abrangidos já são tratados, para fins de reconhecimento e mensuração, em conformidade com a Orientação Técnica nº 8 (OCPC 8), que prevê o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios para concessionárias de distribuição de energia elétrica.

Em relação aos demais pronunciamentos emitidos ou em discussão no âmbito do IASB, com vigência em exercícios futuros, a Companhia acompanha sua evolução e, até o momento, não identificou potenciais impactos relevantes.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Para o período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Fornecimento de energia (nota 3.1)	560	546	1.129	1.074
Disponibilidade da rede elétrica (1)	637	638	1.255	1.228
Construção de infraestrutura da concessão (nota 5)	129	129	262	234
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	15	30	38
Valor de reposição estimado da concessão (2)	67	56	136	124
Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais (nota 3.2)	50	10	181	5
Outras receitas (nota 3.3)	20	18	40	31
Receita operacional bruta	1.463	1.412	3.033	2.734
Tributos	(320)	(300)	(641)	(580)
Encargos setoriais	(112)	(90)	(237)	(179)
Receita operacional, líquida	1.031	1.022	2.155	1.975

- (1) A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) refere-se basicamente a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição, para consumidores cativos R\$ 535 nos três meses findos em 30 de junho de 2026 e R\$ 1.061 para seis meses findos em 30 de junho de 2026 (R\$ 556 nos três meses findos em 30 de junho de 2025 e R\$ 1.066 para seis meses findos em 30 de junho de 2025) e livres R\$ 102 para três meses findos em 30 de junho de 2026 e R\$ 194 para seis meses findos em 30 de junho de 2026 (R\$ 85 nos três meses findos em 30 de junho de 2025 e R\$ 162 para seis meses findos em 30 de junho de 2025); e
- (2) Atualização do ativo financeiro decorrente da parcela indenizável da concessão, pela Base de Remuneração Regulatória (BRR). Para os ativos transferidos para o Ativo Intangível conforme nota explicativa nº 13, a atualização monetária foi calculada até a data da assinatura do contrato.

Reajuste Tarifário Anual – RTA 2026

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou em 22 de abril de 2026, o Reajuste Tarifário Anual da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – NEOENERGIA COSERN, com vigência a partir de 22 de abril de 2026, conforme a Resolução Homologatória ANEEL nº 3.573/2026. O reajuste tarifário da Companhia trouxe um efeito médio para os consumidores de 5,40%, sendo que para os consumidores da alta tensão, o reajuste vai ficar em 10,90%, enquanto para os da baixa tensão, ficará em 3,74%.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3.1 Fornecimento de energia elétrica

	Três meses findos em			
	GWh (*)		R\$	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Residencial	589	611	523	540
Comercial	131	150	169	169
Industrial	13	20	37	38
Rural	60	74	43	49
Poder público	78	81	78	79
Iluminação pública	50	51	29	29
Serviços públicos	25	29	23	24
Consumo próprio	2	2	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(1)	1
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(537)	(510)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	196	127
Total	948	1.018	560	546

(*) Não revisado.

	Seis meses findos em			
	GWh (*)		R\$	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Residencial	1.207	1.243	1.060	1.080
Comercial	271	309	340	338
Industrial	30	43	75	75
Rural	152	164	102	106
Poder público	148	151	146	147
Iluminação pública	98	102	55	56
Serviços públicos	52	57	46	47
Consumo próprio	4	4	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	(18)	(22)
Transferência - Disponibilidade da rede elétrica (1)	-	-	(1.058)	(1.009)
Subvenções e subsídios governamentais (2)	-	-	381	256
Total	1.962	2.073	1.129	1.074

(*) Não revisado.

- (1) Receitas referentes a disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica, calculadas com base na TUSD por classe de consumo, reajustadas a partir de 22 de abril de 2026, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 3.573/2026; e
- (2) A Lei nº 12.783/2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE, sendo: (i) R\$ 150 (R\$ 97 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção baixa renda; (ii) R\$ 215 (R\$ 148 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção CDE; (iii) R\$ 12 (R\$ 8 em 30 de junho de 2025) referente à subvenção CCRBT; (iv) R\$ 4 (R\$ 3 em 30 de junho de 2025) referente à modicidade CDE.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



3.2 Efeitos de ativos e passivos financeiros setoriais

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
CVA e neutralidade				
Energia (1)	(7)	51	70	63
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (2)	4	(22)	6	(28)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (3)	(7)	-	17	5
Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST (4)	(1)	1	20	(18)
Neutralidade (5)	4	2	(4)	4
PROINFA (6)	-	-	(5)	4
	(7)	32	104	30
Componentes financeiros e subsídios				
Repasse de sobrecontratação (7)	18	(34)	5	(46)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (8)	(5)	(7)	(12)	(14)
Reversão pagamento escassez hídrica	-	-	3	-
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (9)	24	23	49	36
Modicidade Eletrobras (10)	(3)	(3)	(3)	3
Uso do Bem Público (nota 11)	32	-	32	-
Neutralidade PIS/COFINS	1	(1)	1	(4)
MMGD s/ Perdas Não Técnicas	-	(3)	-	(3)
Financeiro CDE GD (11)	(4)	-	4	-
Outros	(6)	3	(2)	3
	57	(22)	77	(25)
Total	50	10	181	5

- (1) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos de energia incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, com destaque para o aumento das despesas dos contratos regulados de compra de energia por disponibilidade, resultando em um aumento da CVA a receber neste período, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2025 e 2026;
- (2) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2025 e 2026;
- (3) CVA ativa, em função dos valores de quotas mensais das Contas de Desenvolvimento Energético – CDE, relativas às competências de janeiro a junho de 2026, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em um efeito a receber na tarifa;
- (4) CVA ativa, decorrente da constituição das diferenças a maior entre os custos incorridos em relação à cobertura tarifária ANEEL, em função: da REH nº 3.482/2025, com vigência a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, que estabeleceu o reajuste das tarifas de uso do sistema de transmissão, e referente a amortização dos saldos reconhecidos pela ANEEL nos processos tarifários em 2025 e 2026;
- (5) CVA passiva referente ao Componente Financeiro previsto nos submódulos 4.4 e 4.4A do PRORET, com destaque para a extensão da neutralidade para toda a Parcela A, em função do aditivo contratual de renovação da concessão, calculado conforme mercado faturado e os valores contemplados no processo tarifário de 2026;
- (6) CVA passiva, em função da REH nº 3.558/2025, que estabelece, para o ano de 2026, as quotas de custeio e as de energia elétrica referentes ao Programa de Incentiva às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição, resultando em uma CVA a devolver;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (7) A Companhia apurou o ajuste financeiro de sobrecontratação, sendo reconhecido o valor maior entre os períodos, decorrente da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;
- (8) Constituição passiva referente a Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos, conforme Submódulo 2.1 e 2.1A do PRORET;
- (9) Reconhecimento da antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo PIS/COFINS, como componente financeiro negativo extraordinário, a ser compensado com base no recolhimento dos tributos pelo montante total habilitado pela Receita Federal do Brasil - RFB. A ANEEL reconheceu, no reajuste tarifário de 2026 R\$ (95) à título de antecipação de Crédito PIS/COFINS sobre ICMS, sendo constituído pela concessionária até junho de 2026, o valor ativo de R\$ 49;
- (10) Referente ao aporte à CDE realizado pela Eletrobras com repasse às distribuidoras e destinado a modicidade tarifária, conforme a Lei nº 14.182/2021 e os Despachos ANEEL nº 1.239/2024, nº 1.536/2025 e nº 1.894/2026, sendo contabilizado pela Companhia o passivo de R\$ (3) em 30 de junho de 2026; e
- (11) Constituição ativa, referente ao Financeiro CDE GD estabelecido conforme REH nº 3.484/2025.

3.3 Outras receitas

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Arrendamentos e aluguéis	19	16	37	30
Comissão serviços de terceiros	1	2	3	3
Serviço taxado	-	-	1	1
(-) Compensações regulatórias (1)	-	-	(1)	(3)
Total	20	18	40	31

- (1) Compensação regulatória, em decorrência da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, que prevê a compensação em casos de atraso no atendimento das solicitações de serviços.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)

**4. CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA**

	Três meses findos em	
	Três meses findos em	Três meses findos em
	30/jun/26	30/jun/25
	30/jun/26	30/jun/25
Compra para revenda		
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR	800	823
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP	-	-
Energia curto prazo - PLD e MRE	-	-
Contratos por cotas de garantia física	144	180
Energia adquirida contrato bilateral	192	192
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	24	49
Energia MMGD	82	106
Outros	21	23
Subtotal	1.263	1.373
Créditos de PIS e COFINS		
Total	1.263	1.373
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão		
Encargos de rede básica	(84)	(65)
Encargos de conexão	(14)	(17)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS	-	12
Encargo de Energia de Reserva - EER	(22)	(29)
Outros encargos	(4)	(1)
Subtotal	(124)	(100)
Créditos de PIS e COFINS	12	9
Total	(112)	(91)
Total dos custos com energia elétrica	(493)	(481)

(*) Não revisado.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	GWh (*)		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	R\$	30/jun/25
Compra para revenda				
Energia adquirida no Ambiente de Contratação Regulado - ACR (1)	1.730	1.782	(446)	(434)
Custos variáveis do Mercado de Curto Prazo - MCP (2)	-	-	(148)	(78)
Energia curto prazo - PLD e MRE (3)	-	-	(3)	(8)
Contratos por cotas de garantia física (4)	284	396	(69)	(77)
Energia adquirida contrato bilateral (5)	382	382	(149)	(136)
Cotas das Usinas Angra I e Angra II	49	97	(18)	(30)
Energia MMGD (6)	48	106	(17)	(28)
Outros	42	45	(20)	(25)
Subtotal	2.535	2.808	(870)	(816)
Créditos de PIS e COFINS			83	74
Total	2.535	2.808	(787)	(742)
Encargos de uso dos sistemas de distribuição e transmissão				
Encargos de rede básica			(168)	(129)
Encargos de conexão			(28)	(32)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (7)			(1)	11
Encargo de Energia de Reserva - EER (8)			(45)	(52)
Outros encargos			(7)	(1)
Subtotal			(249)	(203)
Créditos de PIS e COFINS			23	19
Total			(226)	(184)
Total dos custos com energia elétrica			(1.013)	(926)

(*) Não revisado.

PLD - Preço de Liquidação de Diferenças.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

- (1) O aumento do custo de energia adquirida no ACR é decorrente dos reajustes das tarifas (R\$/MWh) dos geradores a partir de abril de 2026 e a sazonalidade contratual;
- (2) A variação é decorrente do aumento do PLD médio do NE de 2026 (235,07 R\$/MWh), comparado com o mesmo período de 2025 (106,65 R\$/MWh), impactando no risco hidrológico e custos com disponibilidade;
- (3) A variação é decorrente de ajustes financeiros de recontabilizações de anos/meses anteriores;
- (4) A redução é decorrente da descotização da Eletrobras, conforme PRT nº 544/GM/MME, de 30 de agosto de 2021, além disto teve variação no Fator de Cotas de 2026 (REH nº 3.872/2025) em relação a 2025;
- (5) A variação é decorrente da sazonalidade contratual e do reajuste da tarifa (R\$/MWh) do gerador a partir de abril de 2026;
- (6) Corresponde à variação da energia injetada de MMGD e ainda não compensada, pertencente aos clientes possuidores de usinas de geração fotovoltaica. A partir do reajuste tarifário de 2025, esse montante está apresentado líquido da energia repassada pela ANEEL para fins de modicidade tarifária, como dedução do requisito no cálculo da cobertura tarifária, conforme Despacho ANEEL nº 684/2025;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (7) A Variação do custo com ESS Brasil devido a variação da premissa Brasil; e
- (8) Variação no custo de Encargo de Energia de Reserva (Brasil) em função da variação da receita fixa das geradoras em 2026, comparado com 2025.

5. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Pessoal	(12)	(12)	(22)	(24)
Material	(73)	(74)	(153)	(139)
Serviços de terceiros	(47)	(46)	(90)	(85)
Juros sobre obras em andamento	(1)	(2)	(3)	(4)
Outros	(1)	(6)	(1)	(8)
Obrigações especiais	5	11	7	26
Total	(129)	(129)	(262)	(234)

6. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS

	Três meses findos em		
	30/jun/26		
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
Pessoal e benefícios a empregados	(26)	(4)	(12)
Administradores	-	-	(1)
Serviços de terceiros	(24)	(8)	(14)
Depreciação e amortização (1)	(44)	-	(8)
Provisão para processos judiciais	-	-	(9)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	(5)	-	13
Total	(99)	(12)	(32)

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS**

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Três meses findos em			
	30/jun/25			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(22)	(3)	(15)	(40)
Administradores	-	-	(1)	(1)
Serviços de terceiros	(21)	(6)	(11)	(38)
Depreciação e amortização (1)	(40)	-	(8)	(48)
Provisão para processos judiciais	-	-	(3)	(3)
Outras receitas e despesas, líquidas	(5)	-	1	(4)
Total	(88)	(9)	(37)	(134)

- (1) Nos três meses findos em 30 de junho de 2026 a depreciação e amortização bruta dos créditos de PIS/COFINS foi de R\$ 53 (R\$ 50 nos três meses findos em 30 de junho de 2025).

	Seis meses findos em			
	30/jun/26			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(47)	(8)	(28)	(83)
Administradores	-	-	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(47)	(15)	(24)	(86)
Depreciação e amortização (2)	(86)	-	(17)	(103)
Provisão para processos judiciais	-	-	(14)	(14)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(2)	(2)
Outras receitas e despesas, líquidas	(12)	-	15	3
Total	(192)	(23)	(72)	(287)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Seis meses findos em 30/jun/25			
	Custos de operação	Despesas com vendas	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	Total
Pessoal e benefícios a empregados	(44)	(7)	(31)	(82)
Administradores	-	-	(2)	(2)
Serviços de terceiros	(41)	(12)	(20)	(73)
Depreciação e amortização (2)	(79)	-	(16)	(95)
Provisão para processos judiciais	-	-	(4)	(4)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	(1)	(1)
Outras receitas e despesas, líquidas	(10)	-	3	(7)
Total	(174)	(19)	(71)	(264)

(2) Em 30 de junho de 2026 a depreciação e amortização, bruta dos créditos de PIS/COFINS, foi de R\$ 106 (R\$ 98 em 30 de junho de 2025).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



7. RESULTADO FINANCEIRO

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Receitas Financeiras				
Renda de aplicações financeiras	12	11	33	21
(-) Tributos sobre receita financeira	(3)	(2)	(5)	(3)
Juros e encargos contas a receber de clientes e outros títulos	9	7	15	14
Atualização de depósitos judiciais	1	1	1	1
Atualização do ativo financeiro setorial	6	-	6	-
Outras receitas financeiras	2	-	3	-
	27	17	53	33
Despesas Financeiras				
Encargos sobre instrumentos de dívida (1)	(123)	(86)	(235)	(180)
Atualização do passivo financeiro setorial	3	(1)	-	(8)
Atualização de provisões para processos judiciais	(5)	(4)	(10)	(7)
Outras despesas financeiras	(18)	(11)	(30)	(22)
	(143)	(102)	(275)	(217)
Outros resultados financeiros, líquidos				
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(1)	-	(1)	-
Ganhos com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida (nota 15.2 (c)) (2)	(2)	-	12	-
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	(6)	-	(19)	-
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 15.3 (b)) (2)	6	-	12	1
Perdas com variações cambiais e monetárias	(5)	(5)	(12)	(12)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	19	25	22	30
	11	20	14	19
Resultado financeiro líquido	(105)	(65)	(208)	(165)

(1) Inclui os encargos incorridos sobre as operações de empréstimos, financiamentos e debêntures e foi impactada pelo volume da dívida e pela taxa de juros; e

(2) Variação decorrente da contratação de novas operações de SWAP, atreladas a captação de debêntures no ano de 2026.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



8. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS, ENCARGOS SETORIAIS E RESSARCIMENTO A CONSUMIDORES

8.1 Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%).

8.1.1 Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	153	207	369	375
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(52)	(71)	(125)	(128)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:				
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	6	6	13	12
Incentivos fiscais	48	21	73	40
Atualização SELIC indêbitos tributários (1)	7	68	8	68
Outras adições (reversões) permanentes	(1)	-	(2)	-
Tributos sobre o lucro	8	24	(33)	(8)
Alíquota efetiva	(5)%	(12)%	9%	2%
Corrente	33	47	19	35
Diferido	(25)	(23)	(52)	(43)

(1) A Companhia havia concluído pelo não reconhecimento de créditos fiscais de IRPJ e CSLL referentes à atualização monetária de indêbitos tributários relacionados com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Porém, no segundo trimestre de 2025, a Administração reavaliou entendimento em função de mudança na interpretação de fatos e circunstâncias jurídico tributárias, resultando no reconhecimento de créditos tributários de IRPJ e CSLL.

8.1.2 Tributos diferidos ativos e passivos

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais, se houver, e diferenças temporárias entre os valores contábeis para fins das demonstrações financeiras intermediárias e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	30/jun/26	31/dez/25
Mais-valia e Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL)	7	10
Diferenças temporárias:		
Obrigações com benefícios correntes e pós-emprego	(9)	(9)
Provisão para processos judiciais	57	52
Perdas de créditos esperadas - contas a receber	14	13
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	11	12
Arrendamentos capitalizados	1	1
Mais-valia vinculada ao imobilizado e intangível	(15)	(15)
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	4	8
Valor justo de ativos financeiros indenizáveis	(444)	(398)
Capitalização de juros de dívida	(16)	(16)
Valor justo de instrumentos financeiros	(11)	(8)
Outros	11	12
Total passivo não circulante	(390)	(338)

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo	Passivo
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(338)
Efeitos reconhecidos no resultado	(3)	(49)
Transferências entre ativos e passivos	3	(3)
Saldo em 30 de junho de 2026	-	(390)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(272)
Efeitos reconhecidos no resultado	-	(43)
Efeitos reconhecidos nos outros resultados abrangentes	-	1
Saldo em 30 de junho de 2025	-	(314)

8.1.3 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



8.2 Ressarcimento a consumidores – Tributos federais

A Companhia constituiu um ativo a recuperar de PIS e de COFINS e um passivo correspondente, que está sendo integralmente repassado aos consumidores através dos processos tarifários anuais, conforme determina a Lei nº 14.385/2022.

A constitucionalidade dessa Lei foi questionada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 7.324, e acabou ratificada pelo Supremo Tribunal Federal – STF em julgamento finalizado em 14 de agosto de 2025, no qual também foi determinada a observância de um prazo prescricional de 10 (dez) anos para a devolução desses valores aos consumidores. O acórdão dessa decisão foi publicado em 10 de dezembro de 2025.

No entanto, remanesceram pontos de contrariedade, imprecisões e ambiguidade no acórdão, passíveis de esclarecimento, a exemplo da forma de contagem do prazo prescricional, o marco inicial e a abrangência da irrepetibilidade dos valores eventualmente já compensados ou devolvidos aos consumidores em montante superior ao efetivamente devido o que motivou iniciativa de oposição de embargos de declaração pela ABRADEE para dirimir tais dúvidas. O STF pautou o exame de tal recurso para a sessão virtual, entre os dias 03 e 13 de abril de 2026. Iniciado o julgamento, este foi interrompido por pedido de destaque, sem data prevista para a sua retomada. A Administração da Companhia aguarda o julgamento desses embargos para uma eventual alteração das estimativas contabilmente reconhecidas até o momento.

O saldo dos valores passivos constituídos na Companhia, atualizados pela taxa SELIC e descontados dos repasses já realizados, bem como a movimentação, estão demonstrados a seguir:

	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	139	230
Atualização monetária	8	9
Compensação	(54)	(54)
Saldo final do período	93	185
Circulante	93	109
Não circulante	-	76

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/jun/26	31/dez/25
Caixa e depósitos bancários à vista	4	16
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	46	23
Fundos de Investimento	316	641
Total	366	680

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 30 de junho de 2026 é de 99,98% (99,88% em 31 de dezembro de 2025) do CDI.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A carteira de aplicações financeiras, em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	30/jun/26	31/dez/25
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	316	635
CDB	-	6
Total	316	641

Os fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	30/jun/26			31/dez/25		
	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perda de créditos esperadas	Contas a receber, líquidos
Fornecimento de energia (nota 10.1)	821	(141)	680	811	(127)	684
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	14	-	14	14	-	14
Disponibilidade da rede elétrica	87	-	87	77	-	77
Subvenções e subsídios governamentais	51	-	51	79	-	79
Outros recebíveis	31	(7)	24	28	(6)	22
Total	1.004	(148)	856	1.009	(133)	876
Ativo circulante			714			811
Ativo não circulante			142			65

Operações de desconto de recebíveis (sem coobrigação)

Com o propósito de fortalecer a liquidez financeira, a Companhia realizou alienação para instituições financeiras de alguns títulos creditórios (recebíveis), e sem obrigação de regresso em caso de inadimplemento financeiro ou operacional do cliente original. A Companhia é o agente de cobrança e coletor do fluxo de caixa dos recebíveis alienados, mas não possui qualquer responsabilidade nas alterações creditícias dos recebíveis, incluindo renegociações entre o cliente e a instituição financeira. Os recebíveis alienados e integralmente baixados representam um deslocamento positivo de caixa, na média, de 49 dias.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O valor dos recebíveis alienados e respectivo fluxo de caixa recebidos das instituições financeiras estão apresentados a seguir:

	30/jun/26	30/jun/25
Subvenções e subsídios governamentais	145	67
	145	67
Fluxo de caixa recebido pela alienação	142	66
Deságio nominal praticado	1,82%	1,01%
Taxa equivalente prefixada	14,4% a.a.	16,7% a.a.

O efeito do deságio é reconhecido no resultado financeiro na linha de outras despesas financeiras, no momento da alienação.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia na função de agente de cobrança monitorava os valores a serem coletados e repassados para as instituições financeiras no montante de R\$ 130.

10.1 Fornecimento de energia

A composição do contas a receber de fornecimento de energia, por classe de consumidor, está demonstrada como segue:

		30/jun/26		31/dez/25
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
Residencial	320	(97)	304	(86)
Comercial	131	(19)	112	(17)
Industrial	60	(15)	62	(15)
Rural	42	(8)	51	(7)
Poder público	71	-	69	-
Iluminação pública	15	-	16	-
Serviço público	34	(1)	32	(1)
Não faturado	148	(1)	165	(1)
Total	821	(141)	811	(127)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O aging do contas a receber de fornecimento de energia elétrica está apresentado como segue:

	30/jun/26		31/dez/25	
	Recebível	Perdas de créditos esperadas	Recebível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	356	(3)	391	(3)
Saldos vencidos:	465	(138)	420	(124)
Entre 1 e 90 dias	176	(4)	162	(4)
Entre 91 e 180 dias	33	(6)	23	(5)
Entre 181 e 360 dias	34	(11)	34	(11)
Acima de 360 dias	222	(117)	201	(104)
Total	821	(141)	811	(127)

10.2 Variação das Perdas de Créditos Esperadas - PCE

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	(133)	(115)
Efeito reconhecido no resultado do período	(16)	(11)
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	1	1
Saldo final do período	(148)	(125)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



11. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS (PARCELA A E OUTROS)

As tarifas que as concessionárias e permissionárias são autorizadas a cobrar de seus consumidores são revistas pela ANEEL: (i) anualmente na data de aniversário do contrato de concessão, para efeito de reajuste tarifário; e (ii) a cada cinco anos, em média, para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis) e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis) de determinados componentes tarifários. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos orçados e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Essas diferenças constituem direitos ou obrigações, em observância ao princípio do equilíbrio econômico e financeiro estabelecido pelo contrato de concessão e permissão. A composição dos ativos e passivos setoriais, que nas demonstrações financeiras intermediárias estão apresentados pelo valor líquido no ativo ou passivo em conformidade aos reajustes tarifários homologados ou a serem homologados encontra-se demonstrada a seguir:

	30/jun/26			31/dez/25		
	Direito	Obrigações	Efeito líquido	Direito	Obrigações	Efeito líquido
CVA e neutralidade						
Energia (nota 3.2)	176	(14)	162	107	(22)	85
Encargo de Serviço do Sistema - ESS (nota 3.2)	4	(13)	(9)	3	(17)	(14)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (nota 3.2)	67	-	67	46	-	46
Tarifa de Uso dos Sistemas de Transmissão - TUST (nota 3.2)	56	(7)	49	35	(7)	28
Neutralidade (nota 3.2)	3	(12)	(9)	1	(5)	(4)
Outros	-	(3)	(3)	2	-	2
Componentes financeiros e subsídios						
Repasse de sobrecontratação (1)	11	(80)	(69)	28	(94)	(66)
Risco hidrológico	-	(72)	(72)	-	(71)	(71)
Ultrapassagem de demanda/excedente reativo (nota 3.2)	-	(131)	(131)	-	(111)	(111)
CDE Modicidade Eletrobrás (nota 3.2)	-	(7)	(7)	-	(4)	(4)
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS (2)	11	(33)	(22)	55	(84)	(29)
Uso do Bem Público (3)	32	-	32	-	-	-
RTE COVID (4)	16	-	16	16	-	16
Financeiro CDE GD (nota 3.2)	32	-	32	26	-	26
Outros	8	(15)	(7)	6	(14)	(8)
Total	416	(387)	29	325	(429)	(104)
Valores homologados pela ANEEL (em reversão)	267	(105)	162	38	(50)	(12)
Valores a serem homologados pela ANEEL (em constituição)	149	(282)	(133)	287	(379)	(92)
Total	416	(387)	29	325	(429)	(104)
Ativo circulante			162			2
Passivo não circulante			(133)			(106)

- (1) Em 30 de junho de 2026 a Companhia apurou um passivo de R\$ (69), decorrente da redução da constituição destinada a anular os efeitos sobre o resultado obtido com a compra e venda do excedente de energia no mercado de curto prazo e da amortização dos saldos homologados entre os processos tarifários;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (2) A ANEEL autorizou, no processo de Reajuste Tarifário 2022, o uso antecipado dos valores em situações excepcionais, nos quais haja possibilidade de aumento tarifário expressivo. Posteriormente, em 27 de junho de 2022 foi publicada a Lei nº 14.385/2022, com o objetivo de disciplinar a devolução desses tributos, e que ensejou a Revisão Tarifária Extraordinária – RTE em 13 de julho de 2022. Foi reconhecido no processo tarifário de 2026, a antecipação da reversão dos valores oriundos desses créditos como componente financeiro negativo, cujo diferimento para os próximos 12 meses, de abril de 2026 a março de 2027, está lastreado à expectativa de compensações futuras desses créditos junto à Receita Federal;
- (3) CVA ativa em função da antecipação no reconhecimento do Uso do Bem Público (UBP), conforme Lei nº 15.235/2025; e
- (4) CVA Ativa decorrente da constituição de componente financeiro referente ao Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE, devido a Pandemia de Covid-19 nos termos do Submódulo 2.10 do PRORET, definidos na Consulta Pública nº 37/2024.

12. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

A Companhia possui o direito de exploração da área de concessão pelos próximos 31,5 anos, dos quais os últimos 30 anos estão vinculados ao direito de uso da infraestrutura entre 31 de dezembro de 2027 e 31 de dezembro de 2057, prorrogado antecipadamente em 06 de maio de 2026.

A concessão não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens e direitos vinculados à infraestrutura necessária à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12.1 Ativo Financeiro

O valor dos ativos vinculados à infraestrutura e que não serão amortizados até o término do contrato de concessão é classificado como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente. O valor reconhecido do ativo financeiro e as alterações no valor justo, são revisados mensalmente baseados nas premissas inerentes a este direito contratual. Esses ativos apresentaram as seguintes movimentações no período:

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	4.130	3.544
Baixas	(2)	(2)
Transferência ativo contratual (1)	149	130
Transferência ativo intangível (2)	(4.196)	-
Ajustes a valor justo (3)	136	124
Saldo final do período	217	3.796
Ativo não circulante	217	3.796

- (1) Transferência de parcela dos serviços de construção ou melhoria prestados à concessão, classificados anteriormente como ativo de contrato;

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (2) Em 06 de maio de 2026, a Companhia exerceu o direito de prorrogar antecipadamente a concessão por mais 30 anos, além do período originalmente contratado. Com isso, no ato da assinatura do contrato, passou a deter o direito de explorar o serviço público de distribuição de energia elétrica até 2057. Nesse contexto, o ativo financeiro foi utilizado como contrapartida para adquirir esse direito de prorrogar antecipadamente a concessão por mais 30 anos, no montante de R\$ 4.196, sendo este reclassificado para o ativo intangível; e
- (3) A Companhia realizou a remensuração dos ativos incrementais (ativos adicionados ao sistema elétrico e contabilizado a partir da última RTP), aderente a legislação vigente pelo Submódulo 2.3 (Base de Remuneração Regulatória), PRORET (Procedimentos de Regulação Tarifária), com impacto de R\$ 136 em 30 de junho de 2026. Adicionalmente, o valor justo está impactado com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e pela adequação do ativo financeiro mediante laudo ANEEL 6º ciclo, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

12.2 Ativo Contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção e melhoria da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e estão reconhecidos no ativo não circulante.

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação no período:

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	355	299
Adições (1)	268	240
Baixas	(4)	(5)
Transferências - intangíveis em serviço (1)	(76)	(23)
Transferências - ativos financeiros (1)	(149)	(130)
Transferências - outros	(3)	(5)
Saldo final do período	391	376
Custo	427	411
Obrigações especiais	(36)	(35)

- (1) Durante a fase de construção, os ativos vinculados à infraestrutura de concessão de distribuição são registrados como ativos de contrato e mensurados pelo custo de aquisição acrescido dos custos dos empréstimos para financiamento da referida construção, incorridos no mesmo período e deduzidos das obrigações especiais. Após a conclusão da obra, esses ativos são bifurcados entre ativo financeiro e intangível.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



13. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Concessão
Taxa de amortização a.a.	4,48%
Saldo em 31 de dezembro de 2025	388
Baixas	(2)
Amortização	(104)
Transferências - ativo financeiro (1)	4.196
Transferências - ativo contratual (2)	76
Saldo em 30 de junho de 2026	4.554
Custo	6.684
Amortização acumulada	(1.793)
Obrigações especiais	(337)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	523
Baixas	(1)
Amortização	(95)
Transferências - ativo contratual (2)	23
Saldo em 30 de junho de 2025	450
Custo	2.091
Amortização acumulada	(1.596)
Obrigações especiais	(45)

(1) A Companhia exerceu o direito de prorrogar antecipadamente a concessão por mais 30 anos, além do período originalmente contratado. Para mais detalhes veja a nota explicativa nº 12; e

(2) Referem-se a direitos classificados como ativo contratual até a conclusão da obrigação de desempenho estabelecida no contrato de concessão.

A Companhia detém o direito de exploração da área de concessão por dois períodos consecutivos de 30 anos, sendo o último período prorrogado antecipadamente em 06 de maio de 2026. O 1º período abrange a prestação dos serviços públicos na área concedida até 31 de dezembro de 2027, enquanto o 2º período garante esse direito de 31 de dezembro de 2027 a 31 de dezembro de 2057. Para mais detalhes veja as notas explicativas nº 1 e 12.

14. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A EMPREITEIROS

	30/jun/26	31/dez/25
Energia elétrica	186	188
Encargos de uso da rede	44	43
Materiais e serviços	121	117
Energia livre (1)	36	34
Total	387	382
Circulante	351	348
Não circulante	36	34

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



- (1) Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

15.1 Dívida líquida

A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

A dívida líquida é composta como segue:

	30/jun/26	31/dez/25
Agências de fomento	352	349
Mercado de capitais	3.042	3.293
Empréstimos e financiamentos (1)	3.394	3.642
Instrumentos derivativos de dívida (nota 15.3 (a))	20	8
Caixa e equivalentes de caixa (nota 9)	(366)	(680)
Títulos e valores mobiliários	(6)	(3)
Dívida líquida	3.042	2.967

- (1) Em 30 de junho de 2026, os empréstimos e financiamentos estão apresentados líquidos dos depósitos em garantias. Esta apresentação melhor representa essas transações em razão da única forma de realização desses depósitos exclusivos serem para amortização dessas dívidas.

15.2 Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de empréstimos bancários, agências de fomento e mercado de capitais, principalmente denominadas em Real brasileiro (R\$).

A Companhia contratou derivativos para proteger a exposição às variações dos fluxos de caixa das dívidas denominadas em moeda estrangeira da Companhia, consequentemente mitigando substancialmente o risco de exposição cambial.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	30/jun/26	31/dez/25
Denominados em R\$	3.424	3.667
Indexados a taxas flutuantes	2.899	3.294
Indexados a taxas fixas	525	373
	3.424	3.667
(-) Custos de transação	(30)	(25)
	3.394	3.642
Passivo circulante	166	428
Passivo não circulante	3.228	3.214

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o custo médio percentual das dívidas são os seguintes:

	30/jun/26	31/dez/25
Custo médio em % CDI (1)	77,0%	74,5%
Custo médio em taxa Pré (2)	11,3%	10,8%
Saldo da dívida	3.394	3.642
Instrumentos financeiros derivativos	20	8
Dívida total líquida de derivativos	3.414	3.650

(1) Custo médio em Taxa Pré dividido pelo CDI médio do fechamento dos últimos 12 meses; e

(2) Resultado de Dívida Acumulado 12 meses dividido pelo saldo médio dos últimos 13 meses da Dívida Bruta.

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros, líquidos do efeito de instrumentos derivativos, são os seguintes:

	Principal (1)	Juros (1)	Instrumentos derivativos	Total
2026	78	129	2	209
2027	110	291	4	405
2028	914	266	4	1.184
2029	232	220	5	457
2030	250	189	5	444
Entre 2031 e 2035	1.957	478	11	2.446
Entre 2036 e 2040	113	10	-	123
Total	3.654	1.583	31	5.268

(1) O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré e Pós) e taxas de câmbio em vigor em 30 de junho de 2026 e considerando que todas as amortizações e pagamentos no vencimento dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 30 de junho de 2026, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,94 anos (4,33 anos em 31 de dezembro de 2025).

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



c) Reconciliação da dívida com os fluxos de caixa e outras movimentações

	Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25
Saldo inicial do período	3.642	2.904
Efeito no fluxo de caixa:		
Captações (1)	500	-
Amortizações de principal	(771)	(11)
Custo de captação	(10)	-
Pagamento de encargos de dívida	(189)	(122)
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	241	184
Marcação a valor justo	(19)	-
Saldo final do período	3.394	2.955

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, a Companhia captou o montante de R\$ 500, sendo: (i) R\$ 335 via 14ª emissão de debêntures, 1ª série, taxa de juros de IPCA + 7,01% a.a., com prazo de vencimento em até 5 anos; e (ii) R\$ 165 via 14ª emissão de debêntures, 2ª série, taxa de juros Préfixado + 12,54% a.a., com prazo de vencimento em até 7 anos.

d) Condições restritivas financeiras (Covenants)

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possuía 93% dos contratos de dívida com cláusulas de *covenants* que são apurados na controladora e na Companhia. Os principais *covenants* da Companhia obrigam a manter certos índices, como a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) e EBITDA sobre resultado financeiro. A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 30 de junho de 2026 e 31 dezembro de 2025.

Abaixo seguem os principais parâmetros e as medições estimadas geral:

	Limites contratual Inferior (1)	Medição em 30/jun/26	Medição em 31/dez/25
Consolidado Neoenergia (2):			
Dívida líquida ÷ EBITDA (*)	≤ 4,0	3,48	3,41
EBITDA (*) ÷ Resultado financeiro (*)	≥ 2,0	2,37	2,46
Companhia			
Dívida líquida ÷ EBITDA (*)	≤ 4,0	2,34	2,37

(*) Acumulado de 12 meses.

(1) Cada contrato de dívida prevê cláusulas específicas com a composição dos indicadores que serão medidos e o respectivo período de apuração, podendo ser trimestralmente ou anual. Os índices apresentados são referentes ao menor nível de cada indicador observado entre todos os contratos de dívidas; e

(2) A Neoenergia S.A é avalista e garantidora das dívidas de suas subsidiárias.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Para o período findo em 30 de junho de 2026
 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



15.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a uma série de riscos decorrentes de suas operações, incluindo riscos relacionados às taxas cambiais, taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos a Companhia utiliza contratos de *swaps*, a termo com o objetivo de proteção econômica e financeira. As considerações gerais da estratégia de gestão de risco estão expostas na nota 20.6.

a) Ativo (passivo) dos derivativos no balanço patrimonial

	30/jun/26	31/dez/25
Contratados para proteção de dívidas:		
Swap de taxas de juros - R\$	(20)	(8)
Exposição líquida	(20)	(8)
Passivo circulante	(1)	(1)
Passivo não circulante	(19)	(7)

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos contratados para fins de proteção, conforme demonstrado abaixo:

	30/jun/26	31/dez/25
Derivativos designados para contabilidade de hedge		
- valor justo		
Contratados para proteção de dívidas	(20)	(8)
	(20)	(8)

b) Efeitos dos derivativos no resultado, fluxo de caixa e outros resultados abrangentes

	30/jun/26			Seis meses findos em 30/jun/25		
	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total	Proteção de dívidas	Proteção de outras operações	Total
Saldo inicial	(8)	-	(8)	-	-	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado	(15)	-	(15)	-	1	1
Liquidação financeira entradas (saídas)	3	-	3	-	-	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado abrangente	-	-	-	-	(1)	(1)
Saldo final	(20)	-	(20)	-	-	-
Ganho (perda) reconhecido no resultado						
Resultado financeiro, líquido (nota 7)	(15)	-	(15)	-	1	1

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



16. PROVISÕES, OUTRAS OBRIGAÇÕES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

16.1 Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas, fiscais e outras em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

As provisões para processos judiciais estão apresentadas a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	25	127	5	157
Adições e reversões, líquidas	6	8	-	14
Pagamentos	(7)	(1)	-	(8)
Atualizações monetárias	4	7	-	11
Saldos em 30 de junho de 2026	28	141	5	174
Circulante				9
Não circulante				165

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15	120	5	140
Adições e reversões, líquidas	7	-	-	7
Pagamentos	(6)	(1)	-	(7)
Atualizações monetárias	3	4	-	7
Saldos em 30 de junho de 2025	19	123	5	147
Circulante				11
Não circulante				136

Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores provisionados, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	30/jun/26	31/dez/25
Processos cíveis	139	134
Processos trabalhistas	14	27
Processos fiscais	178	168
Processos regulatórios	46	42
Total	377	371

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



Para o período findo em 30 de junho de 2026, não houve alterações relevantes no andamento dos processos ou nos valores envolvidos, os quais foram atualizados monetariamente no período.

Os principais processos estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas e estão correlacionados a processos provisionados e não provisionados.

	30/jun/26	31/dez/25
Processos cíveis	8	7
Processos trabalhistas	3	3
Processos fiscais	21	20
Total	32	30

Os depósitos judiciais foram atualizados monetariamente pela taxa SELIC, para os processos fiscais, e pela taxa TR mais 0,5%, para os demais processos.

17. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e de longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar (Plano de pensão – Benefício Definido); e (ii) plano de previdência complementar (Plano de pensão – Contribuição Definida).

Demonstramos a seguir os valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	30/jun/26	31/dez/25
Obrigações trabalhistas e PLR	32	55
Benefícios pós-emprego	(4)	(4)
Total	28	51
Ativo não circulante - outros (1)	(4)	(4)
Passivo circulante	32	55

(1) A apresentação do saldo de benefício pós-emprego superavitário encontra-se alocada na rubrica Outros Ativos não circulantes.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias (ON), normativas, escriturais e sem valor nominal.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O capital social integralizado da Companhia em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 542.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal), em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é a seguinte (por unidade de ações):

Acionistas/ Qtde. Ações vs R\$	Ordinárias	R\$	30/jun/26	
			Total	
			Ações	R\$
Neoenergia S.A.	167.164.720	542	167.164.720	542
Total	167.164.720	542	167.164.720	542

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

18.2 Lucro por ação e remuneração aos acionistas

a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Lucro básico e diluído por ação:				
Lucro disponível aos acionistas ordinários	161	174	336	277
Lucro disponível aos acionistas preferenciais A	-	30	-	48
Lucro disponível aos acionistas preferenciais B	-	27	-	42
Total	161	231	336	367

Em unidades de ações

Média ponderada de número de ações em circulação - ações ordinárias	167.164.720	129.091.809	167.164.720	129.091.809
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais A	-	20.432.208	-	20.432.208
Média ponderada de número de ações em circulação - ações preferenciais B	-	17.640.703	-	17.640.703
Total	167.164.720	167.164.720	167.164.720	167.164.720

Lucro básico e diluído por ação				
Ação ordinária (R\$)	0,97	1,35	2,01	2,15
Ação preferencial A (R\$)	-	1,49	-	2,36
Ação preferencial B (R\$)	-	1,49	-	2,36

b) Remuneração aos acionistas

O Conselho de Administração aprovou, em 05 de março de 2026, a título de remuneração antecipada do exercício 2026 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 18 (R\$ 21 menos R\$ 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2026.

O Conselho de Administração propôs aos acionistas a destinação referente ao exercício de 2025, aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2026, no montante de R\$ 183, na forma de dividendos adicionais propostos, a ser pago até 31 de dezembro de 2026.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O Conselho de Administração aprovou, em 19 de junho de 2026, a título de remuneração antecipada do exercício 2026 a remuneração aos acionistas, o montante de R\$ 14 (R\$ 17 menos R\$ 3 de imposto de renda), na forma de juros sobre capital próprio, a ser pago até 31 de dezembro de 2026.

18.3 Reserva de Capital

a) Reserva especial de ágio

Reserva líquida no montante de R\$ 173, sendo R\$ 217 correspondente ao ágio gerado em função da reestruturação societária da Companhia através da incorporação, R\$ 37 que corresponde ao valor já capitalizado e R\$ 7 referente a parte do resgate das ações.

18.4 Reserva de Lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício baseada no artigo 182, § 1º da Lei nº 6.404/1976, considerando que a reserva legal somada à reserva de capital, excede o limite de 30% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 28.

b) Reserva de incentivo fiscal

Constitui parcela do lucro líquido apurado em cada exercício oriunda de ganhos de incentivos fiscais. Esses montantes só podem ser utilizados para absorção de prejuízos acumulados ou aumento de capital social. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 549.

c) Reserva de retenção de lucro

Possui como finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento para as atividades principais que compõem o objeto social da Companhia, em montante não superior a 50% do lucro líquido anual distribuível até o limite máximo do capital social ou proposta de orçamento de capital da Companhia. O saldo em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 175.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia.

As principais transações comerciais com partes relacionadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de compra e venda de energia elétrica; (ii) contratos de uso do sistema de distribuição de energia ou no sistema de transmissão; (iii) prestação de serviços de operação e manutenção; e (iv) contratos de serviços administrativos. Maiores detalhes das principais transações estão divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



As transações com os fundos de pensão responsáveis pela gestão dos benefícios de curto e longo prazo concedidos aos empregados da Companhia estão classificadas como “Acionistas e outros” nesta nota explicativa.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras intermediárias são apresentados abaixo:

19.1 Saldos em aberto com partes relacionadas

	30/jun/26			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros	2	-	8	10
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	231	1	232
Outros passivos	(1)	-	-	(1)
	1	231	9	241

	31/dez/25			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Ativo				
Outros ativos	-	12	-	12
	-	12	-	12
Passivo				
Fornecedores, contas a pagar a empreiteiros	3	-	9	12
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	-	15	1	16
	3	15	10	28

19.2 Transações com partes relacionadas

	Seis meses findos em 30/jun/26			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida	4	-	-	4
Custos dos serviços	(11)	-	(37)	(48)
Despesas gerais e administrativas	2	-	(3)	(1)
Resultado financeiro líquido	-	(16)	-	(16)
	(5)	(16)	(40)	(61)

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



	Seis meses findos em			
	30/jun/25			
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Acionistas e outros	Total
Resultado do período				
Receita operacional líquida	4	-	-	4
Custos dos serviços	(12)	-	(37)	(49)
Despesas gerais e administrativas	-	-	(3)	(3)
Resultado financeiro líquido	-	(16)	-	(16)
	(8)	(16)	(40)	(64)

19.3 Remuneração da administração (Pessoal-chave)

A remuneração da Administração reconhecida no resultado do período pelo regime de competência é como segue:

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/jun/26	30/jun/25	30/jun/26	30/jun/25
Salários e benefícios recorrentes	1	1	2	2
	1	1	2	2

Os honorários e benefícios dos diretores executivos são pagos e reconhecidos pelo acionista controlador Neoenergia S.A.

20. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1 Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	30/jun/26		31/dez/25	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	50	316	39	641
Títulos e valores mobiliários	-	6	-	3
Contas a receber de clientes e outros	1.004	-	1.009	-
Ativo financeiro setorial (Parcela A e outros)	162	-	2	-
Concessão do serviço público - ativo financeiro	-	217	-	4.130
Outros ativos	25	-	19	-
Total	1.241	539	1.069	4.774
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	387	-	382	-
Empréstimos e financiamentos	2.877	517	3.275	367
Passivo financeiro setorial (Parcela A e outros)	133	-	106	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	20	-	8
Passivo de arrendamento	15	-	15	-
Outros passivos	46	-	57	-
Total	3.458	537	3.835	375

CA – Custo Amortizado

VJR – Valor Justo por meio do Resultado

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



20.2 Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 20.7 (análise de sensibilidade).

20.3 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (VJR ou VJORA)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo está demonstrado como segue:

	30/jun/26			31/dez/25		
	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	316	-	316	641	-	641
Títulos e valores mobiliários	6	-	6	3	-	3
Concessão do serviço público - Ativo financeiro	-	217	217	-	4.130	4.130
	322	217	539	644	4.130	4.774
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	517	-	517	367	-	367
Instrumentos financeiros derivativos	20	-	20	8	-	8
	537	-	537	375	-	375

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

Os ganhos e perdas reconhecidos no resultado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho 2026 e 2025, relacionados aos ativos e passivos financeiros mensurados através de técnicas de nível 3, foram nos montantes de R\$ 136 e R\$ 124, respectivamente. As demais movimentações para esses ativos e passivos se encontram divulgados na nota 12.1.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Para o período findo em 30 de junho de 2026

(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



20.4 Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado (CA)

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo amortizado.

	30/jun/26		31/dez/25	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2	Saldo contábil	Estimativa de valor justo - Nível 2
Empréstimos e financiamentos	2.877	2.794	3.275	3.250

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e ativos e passivos financeiros setoriais se aproximam de seu valor contábil.

20.5 Métodos e técnicas de avaliação

Os métodos e técnicas de avaliação são os mesmos divulgados nas demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2025.

20.6 Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento e valor justo incluindo risco de crédito.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de *hedge* para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Programa de *hedge* para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS Para o período findo em 30 de junho de 2026 (Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



O programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificado como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Programa de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Reais

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa oriunda da variação das taxas pré-fixadas frente a curva de juros, a Companhia pode contratar operações via *swaps* para mitigar a exposição.

O programa abaixo é designado para contabilidade de *hedge* e mensurados ao valor justo por meio do resultado:

Swap R\$ pré vs R\$ pós	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	30/jun/26	31/dez/25		30/jun/26	31/dez/25
Ativo	R\$ 576	R\$ 404	2032	525	373
Passivo	R\$ 577	R\$ 404		(545)	(381)
Líquido				(20)	(8)

20.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros derivativos e respectivas exposições objetos de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo-se todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 66 dias úteis (ou 93 dias corridos) a partir 30 de junho de 2026.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 30 de junho de 2026.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido.

Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,1766	(1) 1
Exposição Líquida				-
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	5,9106	(1) 1
Exposição Líquida				-

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Para o período findo em 30 de junho de 2026
(Valores expressos em milhões de reais, exceto quando indicado)



A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	14,15%	368	12	(2)	(4)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	14,15%	(755)	(27)	(4)	(8)
Swaps Dólar x CDI (Ponta Passiva)	CDI	Alta do CDI	14,15%	(678)	(22)	(3)	(6)
Dívida em IPCA	IPCA	Alta do IPCA	4,72%	(2.141)	(58)	(4)	(8)

Contadora

Carla Suely Pedreira do Nascimento Reis
CRC-BA-Nº 017210/O-1

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN
Natal - RN

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e as notas explicativas.

A Diretoria é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a CPC 21 (R1) e IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Jônatas José Medeiros de Barcelos
Contador
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPEDENTE**

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mermoz, 150, Cidade Alta, Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA COSERN relativas ao período findo em 30 de junho de 2026; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as conclusões alcançadas no relatório de revisão da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA COSERN alusivas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Natal, 21 de julho de 2026.

Fabíola Maria da Cruz de Almeida
Diretora Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPEDENTE

O Diretor Presidente e os demais Diretores da COMPANHIA ENERGÉTICA DO RIO GRANDE DO NORTE, sociedade por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mermoz, 150, Cidade Alta, Natal/RN, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.324.196/0001-81, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA COSERN relativas ao período findo em 30 de junho de 2026; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as conclusões alcançadas no relatório de revisão da DELOITTE relativamente às demonstrações financeiras intermediárias da NEOENERGIA COSERN alusivas ao período findo em 30 de junho de 2026.

Natal, 21 de julho de 2026.

Fabíola Maria da Cruz de Almeida
Diretora Presidente

Renato de Almeida Rocha
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Luciana Maximino Maia
Diretora de Planejamento e Controle

Fabiano da Rosa Carvalho
Diretor de Regulação